



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: () SIM (X) NÃO

Órgão que será atendido pelo estudo:	Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo.
	Secretaria Municipal de Educação.
	Secretaria Municipal Esportes, Lazer e Cultura.
	Secretaria Municipal de Saúde.
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.
	Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
	Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.
	Secretaria Municipal de Transportes e Manutenção de Veículos.

Objeto:	Aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Borrazópolis.
----------------	--

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei n.º 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

Nos termos do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância à normas vigentes e aos princípios que regem a administração pública.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A motivação da necessidade do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formação de Demanda - DFD.

Assim, uma a vez que a necessidade da contratação já foi devidamente justificada, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

3. DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

A pesquisa de preços é o procedimento por meio do qual se busca o valor de referência em processos de licitação. A Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021) faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas.

E, especificamente, o artigo 18, § 1º, inciso VI, da referida lei, aduz que:

Art. 18. (...).

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

(...);

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Não obstante, o art. 23 dispõe que “o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”.

Destarte, a jurisprudência é farta no sentido da aceitação da complementação de pesquisa por outros meios idôneos, seguindo, como exemplo, ementa de aresto do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. INDEFERIMENTO DOS REQUERIMENTOS PARA INGRESSO NOS AUTOS COMO PARTE INTERESSADA. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. ARQUIVAMENTO. ACÓRDÃO

[...];

9.5.1. as pesquisas de preços para estimativa de valor de objetos a serem licitados devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo dar preferência para preços públicos, oriundos de outros certames;

9.5.2. a pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na extrema ausência de preços públicos ou cestas de preços referenciais;

9.6. orientar a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) que, em seus trabalhos, diante dos fatos apurados no presente processo, observe que **a pesquisa de preços realizadas exclusivamente junto a fornecedores é exceção [...].**

(TCU – Acórdão nº 1875/2021, Tribunal Pleno – Autos nº 013.780/2021-2 – Rel. Cons. Raimundo Carreiro – J. 04.08.2021).

A correta estimativa de valores em processos de contratação pública é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a isonomia nas licitações. Um dos métodos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

realizar estimativas de valores é a utilização da plataforma pública Compras Governamentais, na qual estão concentrados dados detalhados sobre licitações passadas, o que permite que os gestores públicos identifiquem padrões e tendências que possam informar suas decisões.

Sobre o tema, segundo entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) exarado no acórdão n.º 3068/2010-plenário, segundo o qual *“o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”* (TCU – Acórdão n.º 3068/2010-Plenário, TC-024.376/2008-6, rel. Min. Benjamin Zymler, 17.11.2010).

A definição dos valores unitários de referência para a aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) destinados ao abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Borrazópolis fundamenta-se em dados oficiais disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A definição do parâmetro visa garantir a transparência, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, a utilização dos dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), acessível no portal oficial da Agência (Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>) como referência de valor de mercado apresenta diversas vantagens para a execução contratual.

A ANP disponibiliza periodicamente levantamentos de preços médios praticados em diferentes municípios, permitindo que os gestores públicos adotem parâmetros atualizados e alinhados com a realidade do mercado. Essa abordagem proporciona maior segurança jurídica e previsibilidade, reduzindo o risco de distorções nos valores praticados ao longo do contrato.

Dessa forma, a escolha dos preços médios divulgados pela ANP como referência para a execução contratual contribui para um processo de aquisição mais justo, competitivo e aderente às variações do mercado, beneficiando tanto a administração pública quanto os fornecedores envolvidos.

Principais vantagens em atrelar o valor unitário do combustível a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como referência para o valor de mercado fluído na execução:

1. Atualização Contínua dos Valores: Os preços dos combustíveis estão sujeitos a constantes oscilações devido a fatores como variação do câmbio, cotação do petróleo no mercado internacional e políticas tributárias. O Sistema de Levantamento de Preços da ANP fornece dados atualizados periodicamente, permitindo que a administração pública utilize valores condizentes com o cenário real de mercado.

2. Prevenção de Sobrepreço e Subestimativa: A definição de preços de referência baseada nos levantamentos da ANP evita que os valores praticados na execução contratual



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

sejam artificialmente elevados (sobrepreço) ou subestimados, o que poderia comprometer o fornecimento. Dessa forma, assegura-se equilíbrio econômico-financeiro do contrato, beneficiando tanto a administração pública quanto os fornecedores.

3. Critério Técnico e Impessoal: O uso da ANP como referência elimina subjetividades na definição dos preços, assegurando um critério técnico e impessoal para a administração pública. Isso fortalece a transparência do processo e reduz o risco de direcionamento ou distorções na precificação.

4. Padronização e Comparabilidade: A ANP realiza coletas de preços em diversos municípios, permitindo uma análise comparativa entre diferentes regiões. Dessa forma, a administração pública pode avaliar a média de mercado e utilizar valores compatíveis com o contexto regional, garantindo contratações mais justas e equilibradas.

5. Segurança Jurídica e Conformidade com a Legislação: A adoção de um referencial oficial reconhecido nacionalmente fortalece a segurança jurídica das contratações, reduzindo a possibilidade de questionamentos por parte de órgãos de controle, como Tribunais de Contas e Ministério Público. Além disso, está alinhada com os princípios da economicidade, eficiência e legalidade previstos na legislação de compras públicas.

6. Facilidade de Fiscalização e Monitoramento: Com um referencial de preços oficial e amplamente acessível, órgãos de controle e fiscalização podem acompanhar e validar a execução do contrato de forma mais eficaz, garantindo que os valores praticados estejam dentro dos padrões aceitáveis de mercado.

Dessa forma, ao adotar os preços da ANP como referência, a administração pública reforça seu compromisso com a economicidade, legalidade e eficiência, promovendo contratações sustentáveis e alinhadas com as boas práticas de governança. Essa abordagem não apenas protege os recursos públicos, mas também proporciona maior previsibilidade e equilíbrio para os fornecedores, garantindo a continuidade do fornecimento e a qualidade dos serviços prestados.

Justificativa para a utilização da referência de preços de Maringá:

A definição dos preços de referência para a aquisição de combustíveis deve seguir critérios técnicos que garantam transparência, economicidade e alinhamento com a realidade do mercado. Para a Prefeitura Municipal de Borrazópolis, a escolha da cidade de Maringá como referência de preços baseia-se no critério geográfico de proximidade, assegurando valores compatíveis com os praticados na região.

Maringá é um importante polo comercial do estado do Paraná, possuindo um mercado competitivo e preços que refletem a dinâmica econômica regional. A adoção dos preços médios dessa localidade, conforme levantamento da Agência Nacional do Petróleo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), permite que a administração pública utilize uma referência confiável e representativa para a execução contratual.

A utilização dos preços médios praticados em Maringá como base para a aquisição de combustíveis em Borrazópolis justifica-se por diversos fatores técnicos e econômicos:

1. Proximidade Geográfica e Logística

- Maringá está localizada relativamente próxima a Borrazópolis, garantindo que os preços levantados na cidade sejam coerentes com os praticados na região.
- A similaridade no custo de transporte e na estrutura de distribuição de combustíveis torna os valores de Maringá uma referência confiável e aplicável ao contexto local.

2. Mercado Representativo e Competitivo

- Maringá possui um alto volume de comercialização de combustíveis, o que favorece a competitividade e estabilidade dos preços.
- A diversidade de fornecedores no município contribui para uma formação de preços mais equilibrada, evitando distorções decorrentes de baixa concorrência.

3. Disponibilidade de Dados Oficiais da ANP

- Em razão de não haver referência de preços relativos a combustíveis no município, sendo que a ANP realiza o levantamento periódico de preços em Maringá, fornecendo assim dados confiáveis e atualizados dos valores praticados na região.
- A adoção desses valores reforça a transparência e a imparcialidade na definição dos preços de referência.

4. Alinhamento com a Realidade do Mercado Regional

- Considerando que cidades próximas tendem a compartilhar custos logísticos, fornecedores e práticas comerciais semelhantes, os preços médios de Maringá refletem de forma mais precisa os valores que podem ser aplicados a Borrazópolis.
- Isso evita a adoção de valores incompatíveis com a realidade local, garantindo um processo de aquisição mais justo e eficiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Além disso, a adoção dessa referência fortalece a segurança jurídica e a eficiência na gestão dos recursos públicos, alinhando-se às boas práticas administrativas e às exigências dos órgãos de controle. Dessa forma, a Prefeitura de Borrazópolis assegura uma contratação justa, transparente e condizente com a realidade do mercado, beneficiando tanto a administração quanto os fornecedores envolvidos.

Por essa razão, a escolha dos preços médios praticados em Maringá como referência para a aquisição de combustíveis em Borrazópolis fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e logísticos. A proximidade geográfica, a representatividade do mercado, a disponibilidade de dados oficiais e a competitividade regional tornam essa metodologia a mais adequada para garantir um processo transparente e economicamente viável.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei n.º 14.133/2021).

Os bens e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021, porquanto seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

Sendo assim, considerando a necessidade da contratação do objeto e a análise de mercado realizada, foram encontradas as seguintes soluções:

a) Alternativa 01: Realização de procedimento licitatório próprio para contratação de empresa especializada.

A alternativa considerada mais adequada consiste na realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade eletrônica, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas pertencentes à Administração Municipal.

Tal solução possibilita ao Município estruturar o certame de forma compatível com suas necessidades operacionais, considerando as especificidades da frota municipal, o consumo estimado de cada tipo de combustível, a logística de abastecimento, a localização do posto fornecedor, os critérios de controle de consumo, bem como os mecanismos de fiscalização contratual e acompanhamento da execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A condução do procedimento pelo Departamento de Licitações do Município assegura observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência, planejamento, transparência e economicidade, garantindo maior segurança jurídica à contratação.

A modalidade eletrônica amplia a competitividade entre os fornecedores, promove maior participação de empresas do ramo, assegura maior transparência ao procedimento e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Além disso, o procedimento próprio permite ao Município estabelecer critérios objetivos de fornecimento, controle e medição do consumo, possibilitando maior eficiência na gestão contratual e melhor adequação às demandas das Secretarias Municipais.

Dessa forma, a realização de licitação própria mostra-se alternativa técnica e administrativamente viável, assegurando abastecimento contínuo da frota municipal, maior controle dos gastos públicos e atendimento eficiente das necessidades da Administração, em consonância com o interesse público.

b) Alternativa 02: Adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão (“licitação carona”).

Outra alternativa analisada consistiu na contratação por meio de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão ou entidade da Administração Pública que tenha realizado procedimento licitatório para objeto semelhante, hipótese popularmente conhecida como “licitação carona”.

Embora juridicamente possível, desde que atendidos os requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021 e devidamente demonstrada a vantajosidade da adesão, tal alternativa não se revela a mais adequada à realidade desta Municipalidade.

O fornecimento de combustíveis possui características diretamente relacionadas à logística local de abastecimento, à localização geográfica do fornecedor, à disponibilidade contínua dos produtos, à capacidade operacional do estabelecimento, à distância em relação aos órgãos municipais e ao atendimento imediato das demandas da frota pública. Tais fatores impactam diretamente a eficiência operacional e os custos indiretos da contratação.

A adesão a ata de outro ente federativo pode implicar condições contratuais incompatíveis com as necessidades específicas do Município, especialmente quanto à localização do posto de abastecimento, forma de fornecimento, controle operacional, quantitativos registrados, vigência contratual e critérios de execução. Além disso, os preços registrados podem não refletir adequadamente a realidade do mercado regional, comprometendo a vantajosidade econômica da contratação.

Há ainda o risco de dificuldades operacionais decorrentes da dependência de fornecedor contratado por outro ente público, o que pode ocasionar limitações no atendimento da demanda municipal, atrasos no abastecimento e prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Considerando que o abastecimento da frota municipal demanda fornecimento contínuo, eficiente e compatível com a rotina operacional das Secretarias Municipais, conclui-se que a adesão à ata de registro de preços de outro órgão, embora legalmente admissível, não se apresenta como a alternativa mais eficiente e vantajosa para atender às necessidades desta Administração.

Dessa forma, após análise técnica e administrativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a realização de procedimento licitatório próprio constitui a solução mais adequada, eficiente e compatível com as necessidades da Prefeitura Municipal de Borrazópolis.

Com bases nas diretrizes acima, foram ponderadas as soluções encontradas no mercado a fim de demonstrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

A respeito do tema, colhe-se ementa de aresto ilustrativo proferido nos Acórdãos de n.ºs 2383/2014 e 214/2020, do Plenário do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**:

A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

Para a comparação, foram considerados os custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício), em respeito ao art. 44, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

No levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, a Administração, dentre outras opções, considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como consulta com potenciais contratadas para coleta de contribuições e demais aspectos de logísticas menos onerosas ao Ente, para identificar e mitigar as inconsistências ocorridas na fase do Planejamento da Contratação.

Destarte, a Solução Escolhida:

É a contemplada na **Alternativa 01**, cuja viabilidade está justificada na maior agilidade da solução, bem como de sua economicidade perante o problema identificado, evidenciando, por conseguinte, o interesse público na presente escolha.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

5. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

Face a não existência do Plano Anual de Compras no Município de Borrazópolis/PR, não há indicação desta contratação no Plano.

Considerando a não existência de plano anual de compras, no tocante a contratação objeto do presente estudo, informe-se: A previsão de compras do objeto deste ETP está contemplada no PPA 2025/2028, LDO 2025 e LOA 2025 deste município, conforme declaração emitida e assinada pelo Contador do Município, a qual segue como documento anexo ao ETP.

6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Requisitos legais e regulatórios:

Registro da empresa: a empresa deve estar devidamente registrada e licenciada conforme as normas locais, estaduais e federais.

Estoque disponível: manter um inventário adequado para atender prontamente às demandas da contratante.

Atendimento ao cliente: equipe dedicada de atendimento ao cliente para suporte e resolução de problemas.

Estabilidade financeira: prova de estabilidade financeira e capacidade de cumprir com os contratos.

Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

Atender a esses requisitos para garantir uma parceria confiável, eficiente e de qualidade no fornecimento de materiais de construção.

Ser pessoa jurídica e que explore ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas no certame.

Ter capacidade técnica para prestar os serviços de acordo com as necessidades do contratante no que diz respeito a qualidade e padronização;

7. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO

Preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

as contratações públicas serem antecedidas de processo licitatório, por meio do qual o administrador escolherá a proposta mais vantajosa ao interesse público, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...);

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

De acordo com o texto constitucional, reafirma-se, portanto, a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços, compras e alienações, configurando-se um procedimento preparatório ao contrato a ser celebrado entre a municipalidade e os particulares, cuja concatenação de tais atos e fases constituirá o processo denominado de "licitação", no qual se assegurará a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Conclui-se, portanto, que a constituição da república acolheu a presunção de que a realização prévia de licitação à contratação é a medida mais vantajosa para administração pública, razão pela qual foi editada, em 1º de abril de 2021, a Lei Federal n.º 14.133, regulamentando o dispositivo constitucional acima transcrito.

8. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta como a modalidade adequada para a pretensa contratação o **Pregão Eletrônico**, na forma do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com regulamentação dada pelo Decreto Municipal n.º 26/2025, dada a natureza comum de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Conquanto o conceito seja aberto à classificação do que possa ser compreendido como “comum”, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns) demandado(s), verificamos que este(s):



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

- i) É (são) passível(is) de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- ii) Possui(em) especificações usuais de mercado; e
- iii) E possui(em) disponibilidade no mercado.

Pelo **sistema de registro de preços**, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLV, da lei n.º 14.133/21, haja vista a necessidade das entregas serem parceladas, a contratação obedecerá às quantidades máximas estabelecidas no termo de referência e possibilitará futuras aquisições durante o período de vigência da ata de registro de preço, em virtude do surgimento de novas demandas, em conformidade com as orientações do TCU, que estabelece que as compras públicas sejam planejadas e, sempre que possível, utilize-se o sistema de registro de preço, evitando as aquisições emergenciais e fragmentadas.

Ressaltam-se as vantagens de se utilizar o sistema de registro de preços: a) independência de previsão orçamentária do valor total da aquisição, ante a não obrigatoriedade da contratação, bastando-se a mera previsão de recursos; b) método adequado à imprevisibilidade de consumo, já que não há a obrigatoriedade da contratação; c) a administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a necessidade, ou seja, diante da conveniência e da oportunidade verificada.

No tocante ao pregão eletrônico, objetiva-se aumentar a quantidade de participantes e baratear o processo licitatório, ampliando a disputa licitatória com a participação de maior número de empresas de diversos estados, já que é dispensada a presença dos contendentes, verificando-se uma alternativa ágil, transparente e que possibilita uma negociação eficaz entre os licitantes. Além disso, tornou efetivamente mais eficiente e barato ao processo licitatório.

É por tal razão que, visando a mais ampla divulgação e participação de interessados, o certame será realizado através da plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC) – disponível através do site: <https://www.bnc.org.br>, cujo sistema cumpre a função de oferecer as melhores soluções de mercado à administração pública.

A concorrência dos licitantes no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à plataforma eletrônica Banco Nacional de Compras (BNC), a qual se manifestará por meio de seu operador designado.

Tipo de disputa: modo **ABERTO**, no qual, segundo disposto no Art. 56, inciso I, da Lei de Licitações, “os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes”.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

9. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Considerando os descritivos dos Lotes/Itens exemplificados na planilha constante no documento de formalização de demanda (DFD) e no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que estes possuem características distintas e divisíveis, desta forma será utilizado o critério de avaliação do tipo **Maior Percentual de Desconto – Por Item**, de modo a majorar a competitividade do certame e atingir eficazmente as finalidades esperadas com a contratação.

A realização de licitação por itens ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º, da Lei no 14.133/2021, desde que: **a)** o objeto seja divisível, econômica e tecnicamente; **b)** não reste comprometida a integridade do objeto da contratação; e **c)** a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir a ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação.

Nesse sentido, colhe-se o precedente do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** consubstanciado no verbete de sua Súmula n.º 247, que expressa:

“(…) é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Entende-se, pois, que a aquisição concentrada dos materiais em um único fornecedor não seria vantajosa simplesmente por não se apresentar tecnicamente viável. Nessa toada, a fragmentação do objeto não só ampliara as formas de execução dos fornecimentos, como também aumentaria a concorrência no certame.

Junto a isso, o fracionamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para executá-lo na totalidade, podem fazê-lo com relação a itens, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

Portanto, sendo o objeto caracterizado neste estudo com padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de um tipo de aquisição disponível no mercado, justifica-se a escolha pelo critério de avaliação “maior desconto”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

10. DA AMPLA CONCORRÊNCIA

Em razão do valor da contratação, à participação nos lotes/itens não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, de forma a não aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47, *caput* e 48 inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, para o edital em específico. No entanto, aplicar-se-á apenas o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Nesse sentido, é o disposto nos artigos *supra*:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta lei complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta lei complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A realização da aquisição será por lote, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser tecnicamente viável e economicamente mais vantajoso, a evidenciar a possibilidade de fracionamento do objeto.

Assim, uma vez respeitada à regra do parcelamento, desnecessária a maior extensão destas linhas, reportando-me, por brevidade, à fundamentação *supra*.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO TÉCNICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A presente contratação tem por objeto a aquisição de combustíveis, compreendendo gasolina comum, etanol hidratado combustível, óleo diesel comum e óleo diesel S-10, destinados ao abastecimento contínuo da frota de veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, ambulâncias, máquinas pesadas e equipamentos pertencentes à Prefeitura Municipal de Borrazópolis.

A solução proposta contempla o fornecimento parcelado e contínuo dos combustíveis, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante abastecimento diretamente em estabelecimento credenciado da contratada, observando-se critérios técnicos de qualidade, regularidade no fornecimento, controle operacional e conformidade com as normas expedidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

A descrição da solução como um todo visa demonstrar, de forma integrada, os elementos técnicos, operacionais e administrativos necessários à adequada execução contratual, garantindo o pleno funcionamento da frota municipal e a continuidade dos serviços públicos essenciais desempenhados pela Administração Pública.

A execução contratual ocorrerá de forma estimativa e sob demanda, mediante abastecimento direto dos veículos e equipamentos em estabelecimento da contratada, devidamente autorizado e apto ao fornecimento regular dos combustíveis. A contratada deverá possuir estrutura operacional compatível com a demanda da Administração, assegurando disponibilidade contínua dos produtos, atendimento ágil e condições adequadas de armazenamento e segurança ambiental.

A solução contempla, ainda, mecanismos de controle e fiscalização do abastecimento, permitindo à Administração acompanhar o consumo da frota, controlar quantitativos fornecidos, identificar veículos abastecidos, registrar datas, horários, litragem e demais informações necessárias à adequada gestão contratual e ao controle dos gastos públicos.

Além disso, a contratação deverá garantir abastecimento contínuo e ininterrupto, evitando desabastecimento que possa comprometer a prestação dos serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas de saúde, educação, transporte, obras, agricultura e assistência social, cujas atividades dependem diretamente da operacionalidade da frota municipal.

A adoção de procedimento licitatório próprio permitirá à Administração estabelecer critérios objetivos de execução, fiscalização e controle, bem como assegurar maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa, promovendo eficiência administrativa, economicidade e segurança jurídica à contratação.

Por fim, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada e administrativamente viável, atendendo às necessidades operacionais da Prefeitura Municipal de Borrazópolis, assegurando regularidade no abastecimento da frota, otimização dos recursos públicos e continuidade dos serviços prestados à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Face ao exposto, conclui-se que a solução proposta para a aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal revela-se técnica, operacional e administrativamente adequada às necessidades da Prefeitura Municipal de Borrazópolis, garantindo suporte contínuo à execução das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

A presente contratação visa proporcionar benefícios de ordem operacional, administrativa, econômica e institucional à Prefeitura Municipal de Borrazópolis, mediante a aquisição contínua e regular de combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal.

Os benefícios a serem alcançados abrangem tanto aspectos gerais, relacionados à continuidade e eficiência da prestação dos serviços públicos, quanto benefícios específicos, diretamente vinculados à melhoria da gestão da frota, ao controle dos gastos públicos, à otimização dos processos administrativos e à manutenção da capacidade operacional dos veículos e máquinas pertencentes ao Município.

A adequada execução contratual permitirá assegurar o pleno funcionamento da estrutura administrativa municipal, garantindo suporte às atividades desempenhadas pelas Secretarias Municipais, especialmente nas áreas essenciais como saúde, educação, transporte, obras, agricultura e assistência social, cujos serviços dependem diretamente da disponibilidade e operacionalidade da frota pública.

Além disso, a contratação busca promover maior eficiência administrativa, economicidade e segurança operacional, mediante fornecimento regular de combustíveis de qualidade, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Entre os principais benefícios, destacam-se:

Benefícios Gerais:

Continuidade da prestação dos serviços públicos: A contratação garantirá abastecimento contínuo da frota municipal, assegurando a manutenção ininterrupta das atividades administrativas e operacionais desempenhadas pelas Secretarias Municipais. Tal medida evita paralisações decorrentes da falta de combustível, assegurando regularidade na execução dos serviços públicos essenciais prestados à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Maior eficiência operacional da frota municipal: O fornecimento contínuo e adequado de combustíveis permitirá que veículos leves, utilitários, ambulâncias, ônibus escolares, caminhões e máquinas pesadas permaneçam em pleno funcionamento, proporcionando maior eficiência operacional, redução de interrupções nas atividades e melhor desempenho das ações institucionais do Município.

Atendimento das demandas essenciais da Administração Pública: A solução contribuirá diretamente para o atendimento das demandas relacionadas à saúde pública, transporte escolar, manutenção de estradas vicinais, serviços urbanos, assistência social, agricultura e demais atividades essenciais, garantindo suporte logístico adequado para execução das políticas públicas municipais.

Economicidade e racionalização dos gastos públicos: A realização de procedimento licitatório competitivo possibilitará a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovendo maior economicidade na aquisição dos combustíveis e melhor utilização dos recursos públicos disponíveis.

Fortalecimento do planejamento administrativo: A contratação permitirá maior organização e previsibilidade no abastecimento da frota municipal, possibilitando controle adequado dos quantitativos consumidos, planejamento orçamentário eficiente e melhor gestão das despesas relacionadas ao consumo de combustíveis.

Benefícios Específicos:

Controle e fiscalização do consumo da frota: A contratação possibilitará à Administração Municipal implementar mecanismos mais eficientes de controle e acompanhamento do abastecimento dos veículos e máquinas, permitindo registro detalhado de consumo, identificação de veículos abastecidos, controle de litragem, datas, horários e demais informações necessárias à fiscalização contratual.

Redução de riscos de desabastecimento: A formalização de contratação específica e contínua reduz significativamente o risco de interrupção do abastecimento da frota municipal, assegurando disponibilidade permanente dos combustíveis necessários ao funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Melhoria na logística operacional das Secretarias Municipais: A disponibilidade regular de combustíveis permitirá maior agilidade no deslocamento de servidores, equipes técnicas, pacientes, alunos, maquinários e demais operações administrativas, contribuindo para maior eficiência na execução das atividades institucionais do Município.

Garantia de fornecimento de combustíveis dentro dos padrões legais de qualidade: A contratação exigirá que os combustíveis fornecidos estejam em conformidade com as normas técnicas e regulatórias da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis –



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

ANP, assegurando qualidade, segurança operacional e preservação da vida útil dos veículos e equipamentos públicos.

Otimização da gestão da frota municipal: A contratação contribuirá para melhoria da gestão administrativa da frota pública, permitindo maior controle sobre consumo, custos operacionais, programação de abastecimentos e monitoramento das demandas de cada Secretaria Municipal.

Preservação da continuidade dos serviços públicos essenciais: O abastecimento contínuo da frota assegurará a manutenção dos serviços essenciais prestados à população, especialmente transporte de pacientes, transporte escolar, manutenção de vias públicas, coleta de resíduos, atendimento emergencial e suporte às atividades agrícolas e urbanas.

Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos: A utilização de critérios técnicos de contratação, fiscalização e controle proporcionará melhor aproveitamento dos recursos financeiros do Município, promovendo gestão pública mais eficiente, transparente e alinhada aos princípios da economicidade e interesse público.

Em resumo, esses benefícios evidenciam a importância da contratação, não só atendendo às necessidades imediatas, mas também traz benefícios significativos a longo prazo, oferecendo uma gama abrangente de benefícios, tanto gerais quanto específicos, a combinação de benefícios gerais e específicos proporcionada pela contratação, consolidam a importância da contratação planejada, que não só atende às demandas imediatas, mas também assegura a implementação de soluções sustentáveis e economicamente vantajosas no longo prazo.

14. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A demonstração do resultado da presente contratação tem por finalidade evidenciar os impactos positivos e os ganhos administrativos, operacionais e institucionais esperados com a aquisição contínua de combustíveis destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Borrazópolis.

A contratação pretendida busca assegurar condições adequadas para manutenção da capacidade operacional da frota municipal, garantindo suporte permanente à execução das atividades desempenhadas pelas diversas Secretarias Municipais e permitindo maior eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais à população.

A futura contratação para aquisição de combustíveis proporcionará resultados administrativos e operacionais relevantes para a Prefeitura Municipal de Borrazópolis,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

especialmente no que se refere à manutenção da capacidade de atendimento das demandas públicas executadas pelas Secretarias Municipais.

Como resultado esperado, destaca-se a garantia de abastecimento contínuo e regular da frota municipal, permitindo o pleno funcionamento de veículos leves, utilitários, ambulâncias, ônibus escolares, caminhões, máquinas pesadas e demais equipamentos utilizados na execução dos serviços públicos essenciais. Tal medida reduzirá significativamente os riscos de paralisação das atividades administrativas em razão da ausência de combustível.

A contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da eficiência operacional da Administração Pública, proporcionando maior agilidade no deslocamento de equipes técnicas, transporte de pacientes, execução do transporte escolar, manutenção de estradas vicinais, realização de serviços urbanos e apoio às atividades agrícolas e sociais desenvolvidas pelo Município.

Outro resultado futuro esperado consiste na melhoria dos mecanismos de controle e gestão da frota municipal, mediante acompanhamento mais eficiente do consumo de combustíveis, controle de quantitativos abastecidos, monitoramento de veículos e racionalização dos gastos públicos relacionados ao abastecimento. Tal medida permitirá maior transparência administrativa e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização contratual.

A solução adotada também proporcionará maior previsibilidade orçamentária e financeira à Administração Municipal, permitindo planejamento adequado das despesas relacionadas ao consumo da frota pública, evitando contratações emergenciais e reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços públicos.

Sob o aspecto econômico, a realização de procedimento licitatório competitivo tende a promover maior economicidade na contratação, possibilitando à Administração obter preços compatíveis com o mercado regional e melhores condições de fornecimento, contribuindo para utilização mais eficiente dos recursos públicos.

Além disso, a exigência de fornecimento de combustíveis em conformidade com as normas técnicas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP proporcionará maior segurança operacional à frota municipal, contribuindo para preservação da vida útil dos veículos e redução de problemas mecânicos decorrentes da utilização de combustíveis inadequados.

A contratação também fortalecerá a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população, assegurando condições operacionais adequadas para atendimento das demandas nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, agricultura e serviços urbanos, setores diretamente dependentes da mobilidade e disponibilidade da frota pública.

Por fim, espera-se que a presente contratação proporcione maior eficiência administrativa, segurança jurídica e estabilidade operacional à Administração Municipal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

consolidando práticas de gestão pública pautadas no planejamento, controle, economicidade e atendimento ao interesse público.

15. PROVIDÊNCIA A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e o fiscal de contrato deverão ser formalmente cientificados, da indicação e das respectivas atribuições.

Fica aqui como sugestão de boa prática, antes de montar o Termo de Referência conferir novamente as quantidades necessárias.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Análise de Risco:

Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: **i.** a probabilidade de ocorrência dos eventos; **ii.** os possíveis danos potenciais; **iii.** possíveis ações preventivas e contingências; e **iv.** identificação de responsáveis por ação.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento:

Risco 1 - Estimativa dos valores em desacordo com os preços praticados no mercado	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	Certame deserto ou item fracassado.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Obter os valores dos contratos fechados nas licitações;➤ Coletar preços de mercado para os produtos ou serviços licitados, o que pode ser feito através de cotações, preços públicos disponíveis, sites de comparação de preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<ul style="list-style-type: none">➤ Comparar os valores licitados com os preços de mercado;➤ Identificar variações significativas. Por exemplo, se os valores licitados são muito superiores ou inferiores aos preços de mercado;➤ Estabelecer uma cesta de preços aceitáveis na pesquisa de preços da licitação;➤ Realizar a média dos orçamentos estabelecendo o valor estimado para ser licitado, segundo o entendimento do TCU, no acórdão n.º 3068/2010-Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Retornar o processo para a fase preparatória;➤ Documentar todas as variações identificadas;➤ Elaborar um relatório detalhado descrevendo as discrepâncias e possíveis razões (superfaturamento, subavaliação, falta de competitividade, etc.);➤ Sugerir ações para corrigir os valores em desacordo.

Risco 2 - Questionamentos excessivos	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Baixo
Dano:	<ul style="list-style-type: none">➤ Aumento de Custos: Cada questionamento requer tempo e recursos para ser respondido, o que pode aumentar os custos administrativos;➤ Multas e Penalidades: Ilegalidades podem resultar em multas ou penalidades previstas em Lei;➤ Perda de Oportunidades: Ilegalidades podem fazer com que projetos importantes sejam adiados ou cancelados;➤ Perda de Credibilidade: Um processo de licitação marcado por muitos questionamentos e atrasos pode levar à perda de confiança por parte dos fornecedores e do público;➤ Conflitos Administrativos: Questionamentos podem revelar ambiguidades nos Editais e Contratos que resultam em disputas e renegociações;➤ Litígios: Questionamentos podem escalar para disputas legais, resultando em processos judiciais que consomem tempo e recursos.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Edital Claro e Completo: Assegurar que todos os documentos de licitação sejam claros, detalhados e abrangentes;➤ Análise de Riscos: Identificar possíveis áreas de questionamento e preparar respostas antecipadamente;➤ Treinamento para Equipes: Capacitar a equipe responsável pela elaboração e gestão das licitações;➤ Análise de Feedback: Recolher e analisar feedback dos participantes após cada licitação para identificar áreas de melhoria;➤ Revisão Contínua: Revisar e atualizar continuamente os processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>de licitação com base em experiências passadas e melhores práticas;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Sessões de Esclarecimento: Realizar sessões de esclarecimento antes do prazo de submissão de propostas para abordar dúvidas;➤ Portal de Transparência: Usar plataformas online para disponibilizar informações e respostas a questionamentos de forma pública e acessível.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Inclusão de Cláusulas Específicas: Incluir cláusulas que abordem explicitamente como serão tratados os questionamentos e prazos para respostas.➤ Formação da Equipe: Designar uma equipe específica para responder rapidamente a questionamentos e resolver problemas que surgirem;➤ Análise Jurídica: Realizar uma análise jurídica completa dos documentos de licitação para garantir conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Risco 3 - Contratação deserta ou com tem fracassado

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none">➤ Atrasos em Projetos: Uma contratação deserta ou fracassada pode causar atrasos significativos em projetos públicos, como obras de infraestrutura, fornecimento de serviços essenciais, ou aquisição de bens. Isso pode impactar negativamente a eficiência e a eficácia da administração pública;➤ Aumento de Custos: Com o fracasso de uma licitação, pode ser necessário iniciar um novo processo licitatório, o que gera custos administrativos adicionais. Além disso, a necessidade de ajustar os termos do edital para atrair mais propostas pode resultar em preços mais altos;➤ Perda de Credibilidade: Repetidos fracassos em processos licitatórios podem afetar a credibilidade da administração pública perante os fornecedores e a população, gerando desconfiança sobre a capacidade de gestão dos recursos públicos.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Estudo de Mercado: Conduzir uma pesquisa de mercado para entender a capacidade dos fornecedores, os preços praticados e as especificações técnicas mais comuns. Isso ajuda a ajustar o edital de forma que seja atraente para os fornecedores;➤ Especificações Claras e Realistas: Definir especificações técnicas claras, objetivas e realistas, que possam ser atendidas pelos fornecedores. Evitar exigências desnecessárias que possam restringir a participação;➤ Cesta de preços: Estabelecer um orçamento compatível com os preços de mercado, evitando subestimar os custos envolvidos;➤ Prazo Adequado: Definir prazos razoáveis para a entrega de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>propostas e execução dos contratos, permitindo que os fornecedores tenham tempo suficiente para se preparar;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Divulgação Adequada: Garantir ampla divulgação dos editais de licitação, utilizando diversos canais de comunicação para alcançar um maior número de fornecedores;➤ Uso de Plataformas Digitais: Utilizar plataformas digitais de licitação para facilitar a participação dos fornecedores e aumentar a transparência do processo.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Análise de Causas: Identificar rapidamente as causas que levaram ao fracasso ou deserto da licitação. Pode envolver consultas com potenciais fornecedores, análise das propostas desclassificadas e revisão das especificações do edital.➤ Comunicação Interna: Informar todos os envolvidos internamente sobre o fracasso da licitação e as ações de contingência a serem tomadas.➤ Revisão e Ajuste do Edital: Baseado na análise, ajustar as especificações técnicas, condições de participação, prazos e estimativas de custo para torná-las mais atrativas e viáveis para os fornecedores.➤ Reabertura da Licitação: Se as alterações necessárias forem mínimas, considerar a reabertura da licitação com os ajustes necessários.➤ Nova Licitação: Caso as mudanças sejam substanciais, preparar e lançar uma nova licitação, garantindo que os problemas anteriores tenham sido resolvidos.➤ Contratação Direta: Em casos de urgência ou emergência, onde a continuidade do serviço é crítica, a legislação permite a contratação direta de fornecedores. Isso deve ser feito com transparência e justificativa adequada, seguindo os regulamentos específicos para situações emergenciais.

Risco 4 - Adjudicatária se recusar a assinar o contrato

Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Médio
Dano:	<ul style="list-style-type: none">➤ Perda de Oportunidade: A Administração Pública pode perder a oportunidade de realizar uma aquisição, avançar com o projeto ou serviço que estava planejado, o que pode resultar em atrasos ou interrupções significativas;➤ Custos Adicionais: Pode haver custos adicionais incorridos pela entidade, como custos administrativos para lidar com a situação, custos de reabertura do processo de licitação e potencialmente custos legais se medidas legais forem necessárias.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Comunicação Clara e Documentada: Desde o momento da adjudicação até a assinatura do contrato, é importante manter uma comunicação clara e documentada com a adjudicatária. Isso inclui



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	<p>confirmar por escrito os prazos e as expectativas para a assinatura do contrato;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Cláusulas Contratuais Claras: Garantir que o contrato de licitação contenha cláusulas claras sobre os prazos e as consequências de não cumprimento, incluindo penalidades por atraso na assinatura ou não cumprimento dos termos;➤ Monitoramento Proativo: Monitorar de perto o progresso da adjudicatária em relação à assinatura do contrato, seguindo os prazos estabelecidos e agindo imediatamente se houver sinais de hesitação ou recusa em assinar;➤ Notificações Formais: Se a adjudicatária não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende assinar o contrato, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso na assinatura do contrato ou por não cumprimento dos termos acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Possíveis Penalidades Contratuais: Aplicar penalidades ou multas se a parte adjudicatária não cumprir com suas obrigações contratuais, como assinar o contrato dentro de um prazo específico após a adjudicação;➤ Reabertura da Licitação: A Administração Pública pode optar por reabrir o processo de licitação se a adjudicatária se recusar a assinar o contrato. Isso geralmente ocorre para selecionar uma nova adjudicatária que esteja disposta a cumprir os termos do contrato;➤ Responsabilidade por Custos e Danos: A adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser responsabilizada por custos adicionais incorridos pela entidade que realizou a licitação, como custos administrativos adicionais ou custos relacionados à reabertura do processo de licitação;➤ Medidas Administrativas: Impedimento de Contratar com a Administração: A empresa adjudicatária que se recusa a assinar o contrato pode ser impedida de participar de novas licitações por um período determinado. Inidoneidade: Em casos mais graves, a empresa pode ser declarada inidônea para contratar com a administração pública por um período determinado, o que implica na proibição de participar de licitações e de contratar com o poder público.➤ Medidas Legais: Dependendo da gravidade da recusa e das circunstâncias envolvidas, a entidade que realizou a licitação pode buscar medidas legais para buscar reparação pelos danos sofridos, como perdas financeiras decorrentes da recusa em assinar o contrato.➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.
--	--

Risco 5 - Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none">➤ Atrasos na execução do projeto: Se a empresa não consegue cumprir os prazos estabelecidos no contrato, isso pode resultar em atrasos significativos na entrega do serviço ou produto contratado, afetando os cronogramas planejados;➤ Prejuízos financeiros: Os custos adicionais para corrigir os problemas causados pela empresa incapaz de executar o contrato podem ser significativos. Isso inclui custos de retrabalho, multas contratuais e até mesmo a necessidade de realizar uma nova licitação.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Análise rigorosa durante a fase de habilitação: Durante o processo de licitação, realizar uma análise detalhada da capacidade técnica, financeira e operacional dos concorrentes. Isso pode envolver a verificação de experiências anteriores, capacidade financeira com base em demonstrações contábeis atualizadas, e capacidade operacional com base em recursos humanos e infraestrutura disponível;➤ Exigência de garantias ou cauções: Em certos casos, pode ser prudente exigir que a empresa vencedora forneça garantias ou cauções que assegurem sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Isso pode incluir garantias bancárias, seguros ou outras formas de garantia financeira.➤ Monitoramento contínuo durante a execução do contrato: Após a adjudicação do contrato, é importante monitorar continuamente o desempenho da empresa contratada. Isso pode envolver relatórios periódicos, visitas de acompanhamento no local, e avaliação do cumprimento dos prazos e qualidade dos serviços prestados.➤ Cláusulas contratuais robustas: Incluir cláusulas contratuais que prevejam medidas claras em caso de descumprimento ou incapacidade da empresa contratada. Isso pode incluir penalidades por atrasos, rescisão contratual e procedimentos para substituição da empresa contratada.➤ Notificações Formais: Se a contratada não cumprir os prazos acordados ou indicar claramente que não pretende realizar as entregas ou fornecimentos, enviar notificações formais por escrito solicitando esclarecimentos e estabelecendo consequências claras caso não haja uma resposta satisfatória;➤ Penalidades Contratuais: Estabelecer cláusulas que especificam penalidades monetárias por atraso por não cumprimento dos termos acordados. Essas penalidades são geralmente estipuladas como uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	porcentagem do valor total do contrato ou de um valor fixo por dia de atraso.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Revisão imediata da situação: Assim que surgirem indícios de que a empresa vencedora não conseguirá cumprir suas obrigações contratuais, é fundamental realizar uma revisão detalhada da situação. Isso pode envolver uma análise das razões para a incapacidade e a avaliação dos impactos potenciais no projeto;➤ Ativação de garantias ou caucões: Se houver garantias ou caucões previstas no contrato, considerar a ativação desses mecanismos para mitigar os prejuízos financeiros decorrentes da incapacidade da empresa contratada;➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.

Risco 6 - Prestação de serviços ou produtos de baixa qualidade	
Probabilidade:	Baixa
Impacto:	Alto
Dano:	<ul style="list-style-type: none">➤ Danos financeiros: Custos adicionais incorridos para corrigir ou substituir os serviços ou produtos defeituosos;➤ Danos operacionais: Interrupções ou atrasos nas operações devido aos problemas com os serviços ou produtos fornecidos.
Ação preventiva:	<ul style="list-style-type: none">➤ Especificação clara de requisitos: Elaborar especificações detalhadas e claras dos serviços ou produtos que serão contratados, incluindo padrões de qualidade, prazos de entrega, e critérios de aceitação.➤ Acionar cláusulas contratuais: Verificar se o contrato de licitação possui cláusulas que abordam penalidades por falhas na qualidade dos serviços ou produtos. Essas cláusulas podem incluir multas, descontos nos pagamentos ou até mesmo rescisão do contrato, dependendo da gravidade das falhas.➤ Comunicação eficaz: Manter uma comunicação aberta e regular com o fornecedor, abordando prontamente quaisquer problemas ou preocupações relacionados à qualidade dos serviços ou produtos entregues.➤ Monitoramento Contínuo: Monitorar continuamente a execução do contrato para detectar precocemente quaisquer sinais de problemas.➤ Avaliação de desempenho: Realizar avaliações periódicas do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

	desempenho dos fornecedores com base nos critérios de qualidade e cumprimento contratual, incentivando a melhoria contínua.
Ação de contingência:	<ul style="list-style-type: none">➤ Avaliação dos impactos: Avaliar o impacto das deficiências na operação ou nos resultados esperados. Isso pode incluir custos adicionais incorridos para corrigir os problemas ou perda de eficiência operacional;➤ Notificação formal: Comunicar oficialmente a parte contratada sobre as questões de qualidade identificadas, por escrito, destacando as cláusulas contratuais pertinentes que estabelecem os padrões de qualidade esperados;➤ Consideração legal: Se as tentativas de resolução amigável não forem bem-sucedidas, considere consultar um advogado especializado em contratos e licitações para avaliar suas opções legais, como iniciar procedimentos de disputa ou buscar reparação por meio de medidas legais.➤ Procedimentos legais: Consultar a equipe jurídica para entender os direitos e responsabilidades contratuais envolvidos. Isso pode incluir a aplicação de penalidades contratuais, a rescisão do contrato ou a busca por medidas judiciais caso necessário;➤ Rescisão de contrato: É uma medida drástica, mas às vezes necessária, quando uma empresa vencedora de licitação não consegue cumprir com suas obrigações contratuais;➤ Chamada da Segunda Colocada: Em alguns casos, a administração pode chamar a próxima colocada na licitação para assumir a posição da empresa que se recusou a assinar o contrato.

18. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados.

Impacto	Probabilidade			
	Sem impacto	Baixa	Médio	Alto
Baixo		Risco 2		
Médio		Risco 1, 3 e 4		
Alto		Riscos 5 e 6		

19. IMPACTO AMBIENTAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Permite, dessa forma, o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

As contratações públicas sustentáveis previstas na Lei n.º 14.133/2021 têm relação com o ODS 12 – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.” (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 4ª Edição. Distrito Federal. 2021).

Portanto, em detrimento dos regulamentos em vigor, devem para a execução dos serviços seguir elementos de baixo impacto ambiental, em especial de:

- i. Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N° 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- ii. Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N° 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;
- iii. Atender, no que couber, à Resolução CONATRAM N° 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade, e,
- iv. Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme estabelece o Decreto N° 2.830-R de 19/08/2011.

Destarte, será de responsabilidade da empresa integrar aspectos socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, os direitos humanos.

A presente contratação não ocasiona impacto ambiental relevante direto, uma vez que o objeto consiste na aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal já existente, não envolvendo ampliação de atividades potencialmente poluidoras, implantação de empreendimentos, intervenções ambientais ou geração extraordinária de resíduos decorrentes da execução contratual.

Ressalta-se que os combustíveis a serem fornecidos deverão observar integralmente as normas ambientais, técnicas e regulatórias expedidas pelos órgãos competentes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

especialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, cabendo à futura contratada manter regularidade quanto às licenças ambientais, armazenamento adequado dos produtos e cumprimento das exigências legais aplicáveis à atividade de comercialização de combustíveis.

Ademais, a contratação possui caráter estritamente operacional e administrativo, destinada à manutenção da continuidade dos serviços públicos essenciais já executados pela Administração Municipal, não acarretando alteração significativa nas condições ambientais existentes.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não apresenta impacto ambiental relevante, mantendo-se compatível com as normas de proteção ambiental e com os princípios da sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública.

Infere se, portanto que a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar se considerado viável, não gerará impactos ambientais.

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO - CONCLUSÃO

Pelo exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, evitando assim os transtornos provenientes de uma contratação sem análise prévia de atendimento às exigências aqui estipuladas.

Considerando, que os requisitos da fase de planejamento do estudo técnico preliminar foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação, na forma identificada neste instrumento.

Não havendo impedimentos ou vícios e constatada a necessidade e conveniência da presente contratação, declarasse-se o Presente Estudo Técnico Preliminar como viável.

Borrazópolis/PR, 29 de abril de 2026.

Cristiano da Silva Stapait
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio

Cleide da Silva Michelin
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ambiente e Turismo

Cesar Santos Soares

Secretário Municipal Esportes, Lazer e
Cultura

André Luiz Pereira

Secretário Municipal de Saúde

Regina Marileide Giardini Ramalho

Secretária Municipal de Desenvolvimento
e Assistência Social

Josiane Aparecida dos Santos

Secretária Municipal de Administração e
Finanças

Edson Donizete Domingos

Secretário Municipal de Obras,
Viação e Serviços Urbanos

Valter Iszczuk

Secretário Municipal de Transportes e
Manutenção de Veículos